

1964

Nº 3

A guerra em África constitui um problema crucial para a consciência dos portugueses. Por isso, Direito à Informação, na sequência do seu primeiro número, reúne neste terceiro alguns documentos, cuja publicação está interdita no nosso país, sobre a guerra que há três anos se prolonga em Angola e agora também na Guiné.

Através destes documentos se verifica que os métodos e a própria razão profunda da repressão militar põem problemas de consciência aos nossos soldados.

Embora mil estratagemas sejam utilizados para omitir e deturpar factos e mil razões sejam invocadas para justificarem outros, à luz de uma consciência cristã adormecida ou deformada por falsos conceitos de patriotismo ou de missão, começam a surgir dúvidas sobre a nossa maneira actual de estar em África e sobre os processos usados para manter essa permanência.

A própria participação na repressão ou o testemunho de amigos ou familiares vão abrindo os olhos a alguns, aflorando aqui e ali uma salutar inquietação, muitas vezes apenas no íntimo das consciências ou em cautelosas conversas.

Direito à Informação, no prosseguimento da missão que lhe é própria numa sociedade sem liberdade em que só "a opinião dos partidos no poder está autorizada a fazer ouvir a sua voz" (Pio XII) pretende dar um pequeno contributo para a tarefa que se impõe a todos os que sinceramente procuram a verdade, de um esclarecimento tão completo quanto possível do que se está a passar por detrás do optimismo dos comunicados militares, e em que se joga possivelmente o futuro do País e certamente a sua dignidade e a sua honra.

Na realidade, não só aos militares, mas a todos os portugueses se impõe a necessidade de procurarem, pelos meios ao seu alcance, formar um juízo quanto possível consciente e livre deste problema; e isto a despeito de todo um clima que pretende exactamente impedir uma visão objectiva dos acontecimentos, cuja responsabilidade, aliás, em última análise, não pesará apenas sobre os governar, mas também sobre todos os que se recusarem a pensar.



JUSTIFICA-SE A ACTUAL REPRESSÃO?

... "Exceptuando vozes isoladas, a que não deve ser estranha uma propaganda bem urdida e cara, o mundo preocupa-se com a dura e cruel repressão levada a cabo pelos civis e soldados portugueses. Condena-se o terrorismo e os seus horrores - e com razão; mas leva-se a cabo uma repressão que comete horrores e crueldades semelhantes. Fizeram-se albuns dos massacres dos terroristas; justo seria que se fossem completando com os massacres efectuados ao menos pelas milícias...

Os antecedentes revelam aliás os intentos da repressão.

O ataque às cadeias de Luanda, em Fevereiro de 1961, tinha fins políticos inegáveis; a repressão dos europeus obedeceu a sentimentos ráticos.

O bombardeamento cobarde e cruel da Baixa do Cassange não teve provocação a não ser que como tal se considere uma greve justa contra o regime do algodão, que o próprio Governo reconheceu posteriormente como inconstitucional e mau.

Importa também não esquecer que os Partidos Políticos Angolanos propuseram várias vezes ao Governo Português negociações para acordo na solução dos problemas de Angola.

Que pretende a repressão? O bem dos portugueses apenas? Isto constitui uma discriminação e um complexo de superioridade intoleráveis. O bem dos nativos? Porque não consultar os próprios nativos? Porquê a eliminação sistemática dos nativos que tenham prestígio e possam exercer influência sobre a massa popular? A repressão procura o bem da comunidade? Essa comunidade não passa de fantasia porque não há identidade de ideal, impossível por não haver igualdade de direitos e integração total nas mesmas estruturas sociais, políticas e culturais.

Pela morte de 2.000 europeus pagaram já cerca de 50.000 angolanos.

O terrorismo foi desencadeado pelo desespero de um povo que sofre o jugo colonialista de mais de quatro séculos."

(transcrito de um documento de católicos angolanos que se exprimiram de forma inequívoca sobre outros problemas essenciais para o futuro de Angola)

(de outro documento de católicos angolanos)

"Com efeito, foi sempre princípio da missão portuguesa dilatar a Fé e o Império, associar a Cruz e a Espada; isto é, não fazer cristãos sem os fazer, por isso mesmo e simultaneamente, portugueses. Assim, não só na política colonizadora do Governo, mas também em toda a actividade missionária, é fundamental o princípio da assimilação imposta, com todas as suas consequências: despersonalização e criação de complexos de inferioridade e incompetência. Complexos, aliás sempre avivados por uma noção de humildade que é servilismo e de uma comunidade absorvente sem equilíbrio que resulta da verdade, respeito mútuo, justiça e credibilidade. O egoísmo e o interesse do colonizador são os únicos critérios; donde o esforço de acabar gradualmente com as tradições, línguas, costumes e ideais do colonizado.

(...)Se, por um lado, dificilmente se podia supor tratar-se apenas de aplicação particular de generalidades vagas ditadas por circunstâncias especiais; por outro lado, todas as dúvidas desapareciam mediante o ensinamento pormenorizado e insistente de Pio XII de que a Igreja, longe de menosprezar e derrubar culturas e mentalidades locais, "toma em si (como Cristo na Encarnação, nossa verdadeira natureza) a plenitude do que é autenticamente humano e o torna fonte de vida sobrenatural". O Papa João XXIII viria repetir igualmente que a Igreja não está vinculada a nenhuma cultura, nem mesmo à ocidental. A longa perplexidade da elite angolana chegava a ser angustiante inquietação "na hora em que a África se abria ao mundo moderno ia atravessar talvez os anos mais graves do seu destino milenário" (Fidei Donum)".

(...)Para o Governo o pretexto de evangelização criou o direito de colonização, não só em princípio, mas até na sua peculiar modalidade de impor uma pátria aos colonizados, quer a aceitem ou não. É o chamado COLONIALISMO MISSIONÁRIO.

(...) Já antes dos graves acontecimentos de 1961, as autoridades adoptaram o sistema de prender, separar e isolar os angolanos e a sua autêntica personalidade e prestígio."

ORGULHO INFUNDADO E DEMAGOGIA

(Outros cuidam que Portugal vive sobretudo do Ultramar e constituirá para ele ruína total a sua eventual perda. O Embaixador da Noruega sugeriu mesmo a contribuição dos países ricos para nos indemnizar dos prejuizos e ajudar-nos a montar noutras bases a nossa vida.

... Essa generosa compensação já nos foi oferecida em tempos. Simplesmente o Ultramar Português pode ser vítima de assaltos mas não está à venda.")

SALAZAR, 12.8.1963

Transcrevemos do livro de PERRY ANDERSON "Portugal e o fim do Ultra-colonialismo", pag. 95-96:

Angola exporta 90% da sua produção de café, milho e sisal. Habitúamo-nos a dizer que este sector é controlado por Portugal, quer por intermédio de companhias concessionárias como a C.A.D.A. que controla mais de 80% da produção de café, quer directamente pelos colonos estabelecidos nas suas fazendas. A realidade é mais complexa. O maior accionista da C.A.D.A. é o banco francês Rallet et Cie, igualmente maioritário na Cª Agr.ª do Cazengo e na Cª Angolana de Agricultura. O algodão é inteiramente cultivado por africanos que o vendem a preços fixos às companhias monopolistas que cedem uma parte dos seus rendimentos à administração colonial. As principais: Sociéte Générale de Belgique (representada pela Cª Geral dos Algodões), Banque Belge d'Afrique, Compagnie Cottonnière Congolaise, La Luinha ...

Se vamos para as minas e para a indústria... O gigante destas companhias é evidentemente a famosa DIAMANG. Constituída em 1917 como ramo português da Anglo-American Diamond C. obteve a isenção de impostos, não paga qualquer taxa de importação sobre máquinas, nem taxa de exportação para os diamantes; dispõe ainda de toda a mão de obra africana da região da Lunda. O capital inicial era constituído por 40% de capital americano, 40% dividido entre diversas em presas inglesas e belgas, e apenas 5% do governo angolano. Os participantes eram a Anglo-American Corporation, Grupo Oppenheimer, Banco Morgan, De Beers, Guggenheim, T.F.Ryan, Forminière, Union Minière du Haut-Katanga e a Sociéte Générale de Belgique. Mais tarde o capital foi elevado a 11 milhões de dólares e o governo português possui agora 11,5%."

("La Contre-Révolution en Afrique" - Jean Ziégler
Paris, 1963 (Ed. Payot) pag. 183-185)

Em Maio de 1961, o cartel privado "Overseas Companies of Portugal" concluiu um contracto com a casa "Savage and Lee Incorporated", agentes de publicidade estabelecidos no nº 500 da Quinta Avenida em New York. Esta casa de publicidade recebeu um milhão de dólares (28.500 contos) para "explicar à opinião pública americana a política e as realizações de Portugal nos seus territórios de além-mar, sobretudo em Angola" (New York Times, 17/V/61).

Savage and Lee puseram-se ao trabalho. Surgiram do nada movimentos cívicos para a defesa do Ocidente em Angola. A imprensa de grande tiragem, a rádio e sobretudo a televisão (nos Estados Unidos qualquer cidadão pode comprar períodos de emissão na TV) lançaram apelos contra a infiltração comunista em África. Espalharam-se brochuras com fotografias a mostrar cadáveres de brancos mutilados.

(...) Entre as reportagens da Imprensa, as mais significativas são as de Max Yergan e George Schuyler, dois jornalistas negros cujas intervenções já referimos a favor do Katanga. A convite do Governo Portugues, G. Schuyler foi a Angola em Junho de 61. A 1 de Julho publicava no seu jornal - o grande semanário negro "Pittsburg Courier" - um suplemento especial de 16 páginas que reconhecia os bons direitos de Portugal em África e denunciava os nacionalistas simplesmente como bandidos. Também Max Yergan foi mandado a Angola donde regressou com uma reportagem inteiramente favorável à política portuguesa. Tal reportagem foi logo difundida pelos cuidados de Savage and Lee.

Em Washington, o Lobby portugues actua junto dos senadores e representantes; fornece documentação, explica-lhes o problema e convida-os para visitas a Angola.

A lei dos Estados Unidos exige que uma empresa de publicidade e trabalhar por conta de um governo estrangeiro comunique o seu balanço anual ao Departamento da Justiça em Washington! O "Register of Foreign Agents" é público. Assim pude verificar que George Schuyler recebeu importantes quantias de "Savage and Lee". E que a sua filha, Philippa Schuyler, está empregada como "conselheira" na mesma empresa.

O "Portuguese American Committee", presidido por Martin Camacho, conduz uma violenta campanha de imprensa contra os missionários (que em várias publicações têm denunciado a repressão portuguesa). Ora nos Arquivos do Departamento da Justiça consta que ele é pago igualmente por Savage and Lee.

Foste mandado para a Argélia, vais tomar parte numa verdadeira guerra. Não posso dizer-te o que te espera lá em baixo, que as situações são muito diversas; mas de qualquer forma deverás reflectir e comportar-te como homem e como cristão. Queria ajudar-te a isso... Porque os slogans e as justificações que vais ouvir assim como certas formas de luta poderiam fazer de ti um animal anónimo. Vais depender de muitos superiores, mas lembra-te que a vontade de Deus e a dos homens não é necessariamente a mesma. Terás necessidade de rezar e de ir à missa: mas a tua oração não será verdadeira senão quando procurares ser discípulo de Cristo nas 24 horas do dia e manifestares esta fidelidade junto dos teus colegas.

Lembra-te que para um cristão, o fim da guerra nunca é matar e esmagar o adversário mas sim chegar à PAZ o mais depressa possível. (...) Como cristão e francês deves pois:

- afirmar os direitos reais dos europeus, mas reconhecendo ao mesmo tempo os do adversário;
- preparar-te para o diálogo e para a compreensão, de modo a que todas as populações da Argélia possam viver com dignidade e coexistir na justiça;

Lembra-te que esta fidelidade a Cristo deve marcar as tuas palavras e os teus actos.

- as faltas dos adversários nunca justificam as nossas.
- Todo o homem deve ser respeitado, mesmo o criminoso, porque é filho de Deus; um cristão não pode aceitar nem as torturas nem as represálias sobre a população civil, nem o assassinato dos prisioneiros e dos feridos.

Para permaneceres fiel terás de estar vigilante e até corajoso, pois facilmente te acusarão de cobardia, te chamarão anjinho ou menino de coro. Quando alguém se entrega à violência deixa de ser homem, começa a ser animal. Também precisarás de coragem para não ceder à vingança quando um camarada for morto a teu lado...

O Evangelho algumas vezes pedir-te-à HEROISMO: mas a força de Cristo ajudar-te-à a recusar o ÓDIO e a nunca renunciar ao AMOR.

A Igreja sabe que o homem pode destruir-se na guerra, pode arruinar a sua consciência, não distinguindo mais o bem do mal. Por isso te escrevo em seu nome.

Janeiro de 1960

(Texto publicado no caderno de TEMOIGNAGE CHRETIEN, "Les Evêques face à la guerre d'Algérie", p.68)

"Como podes supor, o nosso estado de espírito não é dos melhores, pois no meio de homens perdidos no mato nada de bom pode resultar. Aqui fala-se em matar com certo gosto, não percebendo nem dando importância às vidas dos outros, que apesar de terroristas, são homens com mulheres e filhos.

Partindo mesmo da base em que viemos para aqui para defender a Pátria, tendo portanto que matar sem dó nem piedade, deves compreender que a religião não pode reinar entre nós. Como podemos nós pensar em Deus e servi-Lo se nesse mesmo momento estamos prontos e temos que estar prontos para matar?

Acreditas tu que Deus acha bem e nos dá o direito de matar? Achas que moralmente nós temos mais direito do que os terroristas de querer ficar em Angola? Teremos nós, brancos, mais direito à vida do que os negros e apenas porque eles não são tão civilizados como nós?

Como vês, a confusão é muito grande. A escolha entre religião e defender a Pátria apresenta-se-nos agora muito mais grave e difícil do que quando fizemos o juramento de bandeira. Nesse momento pensávamos inconscientemente em ter de matar; aquela inconsciência de quem está longe da verdade e da realidade. Agora aqui vive-se da realidade crua. Até aqui ainda não tive que matar e se tiver que o fazer não me resta outra solução.

Neste ambiente de espírito como poderia eu tentar aproximar-me de Deus? Seria uma hipocrisia. Pedir a Deus que me ajudasse a sobreviver para, se sobreviver, estar preparado a matar? Não, enquanto aqui viver terei de viver só, sem o consolo que Deus nos dá pelas nossas orações. A minha fé é a mesma e será sempre a mesma. Apesar terei que viver este tempo sem Deus ao pé de mim, da mesma maneira que vocês não estão ao pé de mim.

Esta é a verdade nua e crua que muitos, tanto aí como aqui, tentam explicar com palavras mais bonitas e suaves. Daí, para esconder estas verdades, fazem discursos cheios de patriotismo que logo todos se apressam a aceitar como verdadeiros para encontrarem a desculpa para o que aqui têm ou tiveram que fazer.

São estes problemas morais que nos fazem envelhecer e andar de moral em baixo. Podes crer que a vida dura que temos de passar não nos faz qualquer mal."

(carta ao Presidente da República assinada por
200 personalidades relevantes de Moçambique - 6.4.61)

"Não existe em Moçambique um específico problema racial. O que não pode negar-se nem desconhecer-se é a existência de privilégios económicos e sociais que implicam a sujeição dos menos evoluídos a formas de trabalho e a níveis de vida de que apenas beneficia um punhado de eleitos. Que esse facto produz aparências ocasionais de intolerância epidérmica, é inegável. Mas é a causa que deve ser atacada, não o efeito.

A população de Moçambique, colectivamente considerada, não está de modo nenhum empenhada na perduração deste estado de coisas. Sendo até que não lhe diz respeito senão na medida em que lhe sofre as consequências funestas. E assim quando os outros países, mesmo os que ontem eram e no mais são ainda nossos amigos, apontam os nossos erros, não pode deixar de sentir que se dirigem principalmente ao Governo que os consente, aos escassos privilegiados que os desfrutam, mas de modo nenhum às populações que deles não aproveitam, nem contra eles legitimamente podem erguer a voz.

E não raro o próprio Governo, quantas vezes recrutado entre os escassos beneficiários dos erros, tem sentido a necessidade de iludir os próprios erros através de manifestações de apoio e desagravo cuja espontaneidade e sinceridade não iludem ninguém.

A política do caso Único, do escândalo do mundo, do imobilismo entre nações que procuram reajustar ideias e processos, do ilusório e falaz apelo à força para o que não é voluntariamente aceite, não conduz a coisa nenhuma que não seja o adiamento da falência inevitável.

Os signatários estão entre os que veementemente desejam evitá-la. Não os amedronta morrer pela Pátria. Apavora-os, no entanto, serem enterrados com ela."

"A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS atingiu no total 5.810.156 em 1962 - contos, mais um milhão quase do que no ano anterior. A dívida pública elevou-se de 16.680.000 contos no princípio de 1962 para 22.600.500 contos no final do ano. Os encargos da dívida atingiram 986.173 contos, representando já cerca de 10,4% das despesas ordinárias."

(DIÁRIO DE LISBOA, de 10/3/64, do Parecer sobre as Contas Públicas elaborado pelo Eng^o Araujo Correia.)

- Ainda do mesmo Parecer: Verbas concedidas à Universidade: 113.844 contos; Obras Públicas: 441.900 contos; hospitais: 225.712 contos.

(parte final de um artigo aparecido em TEMOIGNAGE CHRÉTIEN, intitulado "A Revolta em Angola: Revolta de Escravos" de 9.6.61)

A situação parece mais clara em Moçambique. Não há autóctones evoluídos como em Angola. As fronteiras com a África do Sul e a África Inglesa não são tão permeáveis aos ideais de liberdade, como as fronteiras de Angola. Aliás é perfeita a colaboração entre a polícia de Moçambique e a da África do Sul. A polícia portuguesa capturou negros de Moçambique na África do Sul. Foi assim que um diplomado universitário, actualmente na prisão em Lourenço Marques, foi preso no aeroporto de Joanesburgo no momento em que desembarcava de Paris para fazer um inquérito sobre o destino do dinheiro atribuído pelo governo português às famílias dos mineiros de Moçambique mortos em Coalbrook.

Dadas estas circunstâncias, a população africana de Moçambique ainda não se põe em movimento, se não se têm em conta algumas vezes relativamente discretas e severamente reprimidas. Mas, por outro lado, a polícia política prendeu alguns europeus que estavam à cabeça de um movimento de reivindicação em favor da autonomia administrativa do território, da igualdade de direitos entre todas as raças e de luta contra o analfabetismo das populações autóctones. Foram libertados após longos interrogatórios em conexão com um processo perante tribunal militar.

Mas o governo central de Lisboa mostra-se mais que nunca ligado de maneira radical aos seus princípios colonialistas. Não está disposto a recuar um passo e aproveita os acontecimentos para controlar uma opinião pública privada de informações. A táctica consiste em mobilizar o patriotismo dos portugueses em apoio à ditadura. Um povo como o português que de há trinta anos a esta parte abdicou de todas as suas responsabilidades nas mãos de um homem, parece disposto, salvo algumas isoladas excepções, a deixar-se convencer mais uma vez... até ao momento em que desabre todo este castelo de ilusões."

CARTA ABERTA A SALAZAR

(pelo Padre JOSE NARINO DE CAMPOS, no jornal
"Estado de São Paulo" (Agosto de 1963))

"Permita V.Ex^a. que faça um breve comentário ao que intitula no discurso de 12 do corrente "o nosso ponto de partida: a unidade da Nação Portuguesa", à que chama "a nossa maneira de estar no mundo" e às idéias que faz de autodeterminação e de missão civilizadora. V.Ex^a. há-de convir em que a maneira de um povo estar no mundo deve tomar em consideração a maneira de querer estar no mundo dos restantes povos. Só a partir daí ela será legítima e pode ser defendida; o contrário é "nacionalismo" ou, em se tratando da África não independente, "colonialismo". Admira-se V.Ex^a. de que alguns pareçam confundir autodeterminação, que leva consigo a possibilidade de opções diversas, com independência ou plebiscito. Mas realmente esses são os realistas, porque prevêm que os povos não autónomos desejarão, logo que possível, a independência completa. Não se conhece nenhuma excepção claramente válida.

(...) Quanto a autodeterminação-plebiscito, compreende-se essa tendência relativamente ao futuro de povos como Angola e Moçambique, cuja imensa maioria dos habitantes não têm podido manifestar a sua vontade, quer pelo atrazo individual e social, quer pela vigilância de uma censura total, quase estúpida. E porque temer esse acto, se V.Ex^a. está tão seguro de que os angolanos querem continuar sempre a ser portugueses?

(...) Um trágico equívoco do pensamento político de V.Ex^a. é a ideia de que o multirracismo cultivado por nós em África tem de ser identificado com unidade política. Ninguém pode negar que Angola e Moçambique receberam de Portugal uma espécie de cimento com que ganharam consciência, por cima dos vários regionalismos, de uma unidade territorial que não existia antes; e que temos desempenhado no mundo uma grande missão civilizadora. Mas isso não nos dá o direito do domínio perpétuo sobre esses povos mesmo que, e principalmente, com o intuito de se dizer que, para os portugueses, a nação é algo de inseparável da ideia de missão civilizadora. Não haveria muitas outras maneiras de prosseguirmos em nossa missão civilizadora? Não podemos continuá-la dentro do país, vencendo a miséria e elevando o nível cultural do nosso povo? Não podemos continuá-la, como a Bélgica e a Holanda, enchendo o mundo de missionários católicos? Não podemos continuá-la em amizade e comunhão exemplares com as novas e grandes nações africanas que serão amanhã, se quizerem, Angola e Moçambique? "

(desde os "muitos que procuram servir-se, aos "raros dispostos a servir", há várias maneiras de estar em África, sem esquecer que, mesmo nas mais desinteressadas e bem intencionadas, se está geralmente a coberto de uma situação de privilégio. A-pesar disso, estas últimas não deixam de ser válidas como testemunho.)

"O amor de Deus, só por si, é fecundante. Mas a terra clama também pelo amor dos que lhe chamam sua.

Em volta desta granja há várias fazendas, algumas pequenas. Adubadas com o suor dos que as possuem, elas frutificam na medida em que o dono as pisou. E quasi todas são bem pisadas!

O trabalho, neste caso, é o sacramento do amor. Pena que nem sempre este amor seja suficientemente puro e aberto para que o fazendeiro não se perca da lembrança de que há outros homens e outros interesses e direitos que não somente os seus.

Mas aquele homem que se fez com o seu esforço, quando não caiu na dureza e no egoísmo que encontrou muitas vezes ao longo da sua penosa ascensão, disfarçado algumas delas em desinteresse ou inércia - é ainda o grande valor humano que Deus acha nestas nossas terras, para juntar à Sua bênção, só por si fecundante, a fim de que este vale e todos os Cavacos de Angola abundem em frutos.

O que não abunda é o amor. São mais os funcionários que os proprietários. Muitos os que procuram servir-se. Raros os dispostos a servir - aqueles que concedem o seu bem-estar e os seus interesses incluídos no Bem-comum."

(O Gaiato, 21/12/1964)

"Eu tenho pensado muito nestes tempos, e por entre as minhas danças africanas, nas diferenças de critério entre o homem económico e o homem espiritual. Na hora que estamos a viver no nosso Ultramar, aquele acautela os seus interesses e retém-se: transfere o que lhe deixam; conserva o que pode; e vai deitando as vistas sucedâneos mais seguros - é fatal! Na hora que estamos a viver o pobre quem investe, aquele que é pequeno demais para transferir e se transferir e que por isso se enraíza, se firma em ordem ao futuro, fomentando a única saída possível para o seu crescimento disposto a todos os riscos, apegando-se mais à terra que lhe dá pão - e seja o que Deus quiser!

Não é de estranhar, pois, que esta seja a hora de também nós investirmos em Angola - a hora dos Pobres, hora de deserção dos Potentados!"

(O Gaiato, 18/1/1964)

CONTUDO É LÍCITO ESPERAR QUE OS HOMENS, POR MEIO DE ENCONTROS E NEGOCIAÇÕES, VENHAM A CONHECER MELHOR OS LAÇOS COMUNS DA NATUREZA QUE OS UNEM E ASSIM POSSAM COMPREENDER A BELEZA DE UMA DAS MAIS PROFUNDAS EXIGÊNCIAS DA NATUREZA HUMANA, A DE QUE REINE ENTRE ELLES E SEUS RESPECTIVOS POVOS NÃO O TEMOR MAS O AMOR, UM AMOR QUE ANTES DE TUDO LEVE OS HOMENS A UMA COLABORAÇÃO LEAL, MULTIFORME, PORTADORA DE INUMEROS BENS.

JOÃO XXIII

PACEM IN TERRIS

"OS DITADORES já não se apresentam ao povo de chicote na mão, agora dizem-lhe: Não queremos nada que te seja realmente útil, nós queremos é a tua alma. Consente nisso, como consentes nas outras necessidades da vida; não discutas o nosso direito, deixa-nos ajuizar, em tua vez, do bem e do mal. Dá-nos a tua alma de uma vez para sempre e logo verás que isso não te custou mais que um pequeno sacrifício de amor próprio, que a tua alma te era um encargo acima das tuas forças, um luxo que te arruinava. Renega a tua alma, e uma vez dispensado de te governares por ti mesmo, nós administrarte-emos como um capital, faremos de ti um material tão eficaz que nada poderá resistir-lhe."

G. BERNANOS

